

# a 2%, inflação ficando pelos 195%

nova missão do FMI, que chega hoje ao Brasil e começa novo round na terça

ARNOLFO CARVALHO  
Da Editoria de Economia

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que chega ao Rio hoje vai analisar em Brasília, a partir de terça-feira, a estimativa do governo para a inflação em torno de 9,5% este mês (contra 10,1% em agosto do ano passado) e de 195% ao longo de 1984, com um pequeno crescimento positivo no Produto Interno Bruto (entre 1% e 2%) no lugar de crescimento nulo até então previsto na Carta de Intenções que ainda está em vigor.

A estimativa já acertada informalmente dentro do Governo coincide com a promessa do ministro do Planejamento, Delfim Netto, de não entregar o País com inflação de 230% — como esperam alguns economistas e empresários. As conversações com a equipe técnica da missão, liderada pelo chefe da Divisão do Atlântico, Thomas Reichmann, devem enfrentar dificuldades na fixação das metas do déficit público este ano, de acordo com fontes do governo.

Como o País está em fase de indefinição política, as próximas três semanas de negociação com a missão do FMI devem se limitar a estabelecer as metas trimestrais para setembro e dezembro, deixando a questão do ano que vem para depois da eleição no Colégio Eleitoral — ou, pelo menos, para quando já houver uma decisão formal sobre quem será o próximo



Reichmann volta à frente da nova missão

presidente da República. Técnicos do Governo acham que em janeiro e fevereiro serão retomadas as negociações com o Fundo, já incluindo membros da futura equipe econômica.

## INFLAÇÃO

A questão então será a inflação de 1985 — que já se calcula em patamares de 250% a 300% em doze meses, embora com firme tendência de queda no final do ano — e a dívida externa. Se tudo correr de acordo com este "cronograma de transição", exposto por mais de um especialista da área econômica neste sábado, o eventual governo da Aliança Democrática tenderia a postergar ao máximo um acordo definitivo com os bancos credores, já que estará exportando bastante, importado, mais do que hoje e acumulando reservas.

A reserva de caixa do Banco Central que deve ficar em torno de US\$ 3 bilhões este ano (embora estatisticamente o presidente do BC, Affonso Pastore, fale em "mais de US\$ 6 bilhões até final de dezembro"), mas em 1985 terá condições de atingir US\$ 10 ou US\$ 15 bilhões, pois as exportações continuariam enquanto a indefinição com os bancos permitiria sucessivos adiamentos de pagamentos de juros, sem maiores consequências.

Esta indefinição sobre o que vai acontecer no quadro político dos próximos meses será motivo também para que os economistas dos bancos credores — que chegam a Brasília dia 20 — se limitem a fixar com o Banco Central as metas do balanço de pagamentos apenas para este ano, com alguma previsão da necessidade adicional de recur-

sos externos (empréstimos) para cobrir juros de 1985. O início deste front de negociação, com o Comitê de Assessoramento formado pelos principais credores, já foi adiado para outubro, após a reunião anual do FMI — e agora há quem acredite nos ministérios econômicos que o Brasil não conseguirá renegociar globalmente a sua dívida externa este ano.

No máximo haverá algum jumbo-tampão, ou um pacote de emergência para que o País possa fechar o balanço de pagamentos do primeiro trimestre de 1985 — isto é, o ministro Delfim Netto realmente se responsabiliza apenas pelo cumprimento dos acordos, com o Fundo e com os bancos, só até a transmissão dos cargos ao novo governo, em março próximo. Oficialmente o presidente do Banco Central ainda promete fazer uma "renegociação plurianual" da dívida, este ano, prevendo uma solução para os próximos exercícios. Esta certeza talvez tenha algo a ver com sua expectativa de que Paulo Maluf vença a convocação.

## EMERGÊNCIA

Caso ele não ganhe — e a maioria dos empresários e economistas hoje deve acreditar nesta hipótese — o Governo Tancredo Neves deve colocar em prática, tão logo tome posse, um programa econômico com três principais linhas: política salarial não-recessiva; indicação de uma comissão de alto nível

para começar a conversar com os banqueiros; e execução das reformas financeira e fiscal, com plena separação entre Banco Central, Banco do Brasil, Tesouro Nacional e Conselho Monetário Nacional.

Na área salarial deve ser fixado o parâmetro de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os reajustes, embora com liberdade para que se negocie um ganho ou perda (spread) para o assalariado em função da situação de cada empresa. Com isso o governo vai gerar imediatamente maior atividade econômica, com mais empregos e aumento da demanda por bens e serviços; a importação também aumentaria por causa disso, e o País certamente terá que importar alimentos em grande quantidade — se puder fazê-lo — porque a agricultura deve apresentar um mau desempenho na safra 1984/85.

Estas condições internas favorecerão uma pressão inflacionária violenta, herdada do atual Governo e agravada dos problemas de abastecimento e aumento salarial real, com o índice de preços podendo atingir entre 250% e 300% em doze meses, segundo alguns economistas. A esperança dos técnicos que montam estes cenários é que a retomada da produção alivie a pressão inflacionária a partir do último trimestre de 1985, com o ano fechando com inflação em queda, de modo a permitir um planejamento de médio e longo prazos para o restante desta década.

**PIB crescendo**

São as metas para exame da